



EM ASSEMBLEIA

Servidores indicam recrudescimento da mobilização pelas pautas geral e específica

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) no dia 4 de outubro, os servidores da Comissão de Valores Mobiliários aprovaram a construção de uma operação-padrão na Autarquia em prol da agenda de valorização das carreiras internas e da pauta unificada do funcionalismo. A AGE ocorreu de maneira híbrida, com participações via internet e presencialmente, no auditório da sede da CVM no Rio de Janeiro.

A operação-padrão contará com uma série de manifestações, dentre elas atos presenciais nas sedes da Instituição e no ambiente virtual. Nos próximos dias, traremos mais detalhes sobre as primeiras ações desta nova etapa do movimento reivindicatório.

A Assembleia também indicou uma maior integração nas mobilizações dos fóruns organizados do funcionalismo federal. Foi, inclusive, aprovada, acompanhando o pleito de outras entidades representativas, a defesa nas instâncias de interlocução da classe do percentual de 15,24% de recomposição remuneratória, haja vista a persistente defasagem dos salários.

As deliberações foram precedidas da apresentação de informes pela Diretoria do SindCVM sobre o status de uma série de demandas da categoria e do debate entre os presentes. Ficou clara a insatisfação diante da ausência de devolutivas razoáveis por parte do governo às reivindicações apresentadas, tanto na mesa geral do funcionalismo quanto na mesa específica. Críticas, ainda, ao fato de a CVM ter sido a única instituição do Núcleo Financeiro a não defender diante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) a reestruturação do seu nível intermediário.

Fique alerta e atenda aos chamados à mobilização nos próximos dias.



MESA ESPECÍFICA

SindCVM inicia tratativas com o governo sobre a pauta das carreiras da Autarquia

Valorização e reestruturação são os dois pontos-chave da pauta levada pelo SindCVM à primeira reunião da Mesa Específica do Núcleo Financeiro com o

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), realizada no dia 25 de setembro.

“Fomos uma das primeiras carreiras de Estado a iniciar a negociação específica. O MGI, diante das limitações da equipe, tem priorizado as áreas com demandas mais urgentes, e resta evidente a necessidade de fortalecer a CVM e de conceder maior autonomia financeira e administrativa”, ressalta o presidente do Sindicato, Oswaldo Molarino Filho.

A pauta apresentada ao MGI pelo Sindicato inclui: 1) fusão das carreiras de Analista e Inspetor em uma carreira única (inicialmente como Inspetor Federal do Mercado de Capitais); 2) exigência de nível superior para ingresso no cargo de Agente Executivo da CVM; 3) cumprimento integral do Termo de nº 26/2015, no que diz respeito ao reposicionamento dos cargos de Auxiliares da CVM; 4) proposta da retribuição por produtividade, como parte do fortalecimento das carreiras da CVM.

À mesa com o MGI, a Comissão de Valores Mobiliários foi a única instituição do Núcleo Financeiro que não defendeu a reestruturação do seu nível intermediário. Ao contrário, apresentou proposta de extinção dos 101 postos vacantes de Agente Executivo, para que sejam transformados em cargos do atual nível superior de Analistas e Inspetores. O Sindicato se mostrou categoricamente contrário à sugestão.

Agora, cabe à equipe do Ministério a análise sobre os pleitos, para a retomada do debate. A nova reunião ainda não tem data marcada, mas os sindicatos representantes das carreiras seguem fazendo pressão para o encaminhamento célere das tratativas.



SEM AVANÇOS NA MNPN

Diante da inércia do governo, servidores aumentam a pressão

A Mesa Nacional de Negociação Permanente (MGI) completou noventa dias de trabalho sem avanços nas tratativas com os servidores públicos federais. No que diz respeito à pauta remuneratória, a possibilidade de um reajuste inferior a 1% apresentada pelo secretário de Relações do Trabalho, José Lopez Feijóo, na reunião do dia 29 de agosto, foi duramente rechaçada pelo SindCVM. Pesa ainda sobre o MGI uma enorme insatisfação pela falta de resolução de itens não pecuniários, mas, do mesmo modo, urgentes, como a revogação do Decreto 10.620/21.

O Sindicato tem sido incisivo sobre a necessidade reversão dos efeitos, com o retorno imediato dos aposentados e pensionistas transferidos ao INSS para os seus órgãos de origem. Nos encontros realizados desde a retomada da MNNP, o SindCVM, presente em todas as agendas, e as demais entidades integrantes do Fonacate e do Fonasefe têm defendido que a questão seja tratada coletivamente, com a inclusão de todos os atores envolvidos na construção de uma solução definitiva. Mas o silêncio e a inércia governo prologam a preocupação dos afetados.

Também não caminhou a revogação de medidas antissindicais, que limitam a participação dos servidores em mobilizações, eventos e debates, tampouco a gestão junto ao Congresso Nacional para arquivamento da PEC 32/2020, da reforma administrativa. Mesmo que este último item tenha constado no acordo firmado em março deste ano, o governo não demonstrou, quando teve a oportunidade, disposição para “comprar a briga”.

Figurando nesta lista como a única sinalização positiva, mas ainda sem andamentos significativos, está a criação do Grupo de Trabalho (GT) interministerial para regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata do direito de greve e da negociação coletiva no serviço público. O [Decreto 11.669](#), que instalou o GT, foi editado no dia 28 de agosto.

Diante da falta de respostas, os servidores públicos federais decidiram aumentar a pressão. No dia 3 de outubro, foram às ruas das principais capitais protestar pela inclusão de recursos suficientes para um recomposição salarial digna no Orçamento de 2024, em tramitação no Congresso Nacional.

A mobilização segue. Acompanhe notícias em nossas redes sociais e em nosso site (sindcvm.org.br).



NO CONGRESSO NACIONAL

Sindicato avança na coleta de assinaturas para criação da Frente dos Reguladores do SFN

Na esteira da defesa dos direitos e dos interesses dos servidores da Comissão de Valores Mobiliários, o SindCVM segue atuando no Congresso Nacional em busca de apoio para a criação da Frente Parlamentar Mista dos Reguladores do Sistema Financeiro Nacional. Atualmente, restam apenas 26 assinaturas para alcançar o quórum necessário de 198 entre deputados e senadores. O grupo suprapartidário, que será um importante instrumento para o fortalecimento dos órgãos e das carreiras do Núcleo Financeiro, já conta com o apoio de parlamentares do PV, PCdoB, PSB, PSOL, PDT, UNIÃO, MDB, PL, PP, REPUBLICANOS, REDE, PSD, AVANTE, PSDB, PODEMOS e PATRIOTA, dentre os quais quatro são senadores.

Também houve avanços nas definições sobre a organização dos trabalhos. O deputado Reginaldo Lopes (PT/MG) assumirá a coordenação da Frente, e a Presidência ficará a cargo do deputado Dimas Gadelha (PT/RJ).

Conheça o perfil dos principais articuladores:

Reginaldo Lopes é economista de formação. É autor do projeto que deu origem à Lei de Acesso à Informação, um dos mais importantes instrumentos de enfrentamento à corrupção, e da Lei 14.128/2021, que garante indenização aos trabalhadores da saúde que não puderem mais trabalhar em razão da Covid, ou às suas famílias, em caso de morte. O parlamentar é, hoje, um dos mais influentes do Congresso Nacional, segundo o DIAP.

Dimas Gadelha foi secretário de Governo do município de Magé/RJ e subsecretário de saúde do mesmo município. É médico sanitarista e ocupou diversos cargos municipais ligados à área da saúde. Está em seu primeiro mandato como deputado federal e, desde os primeiros dias do ano, vem envidando esforços para fundação da Frente Parlamentar dos Reguladores do SFN, sendo o autor do pedido de criação, de coautoria da deputada Erika Kokay (PT/DF) e do deputado Helder Salomão (PT/ES).

O presidente do SindCVM, Oswaldo Molarino Filho, ressalta que a missão do novo espaço é dar concretude política e regulatória e garantir a harmonia, cada vez mais orgânica, entre o Sistema Financeiro Nacional e a economia popular. “Entendemos que a Frente Parlamentar será o lugar privilegiado para discussões dos projetos de lei oriundos do Governo Federal e das próprias Casas Legislativas. Também será onde os servidores terão voz, por meio de seus sindicatos e associações, bem como a sociedade organizada, através das associações, empresas, companhias, universidades e fóruns”, afirma.



ENTREVISTA EXCLUSIVA

“Precisamos fortalecer a CVM”, afirma deputado Tarcísio Motta

Em entrevista ao SindCVM, o deputado federal Tarcísio Motta (PSOL/RJ), membro da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou fraudes contábeis na empresa Americanas, defendeu a necessidade de fortalecimento da Comissão de Valores Mobiliários, como forma de coibir a multiplicação de casos semelhantes e, conseqüentemente, as variadas repercussões negativas na economia brasileira.

“Se tem algo que, no fim desta CPI, eu saio convencido, é de que nós precisamos fortalecer a CVM”, assevera o congressista, ao apontar caminhos para o

recrudescimento dos mecanismos de fiscalização e o incremento da capacidade de atuação da Autarquia diante de um mercado em franca expansão.

O deputado foi um dos autores de relatório paralelo apresentado no âmbito da Comissão. Na avaliação de Tarcísio Motta, o parecer do relator, deputado Carlos Chiodini (MDB-SC), ficou aquém do esperado. Em seu ponto de vista, “houve uma blindagem dos principais responsáveis” no relatório oficial, aprovado por 18 votos a 8, no dia 26 de setembro.

[Assista à entrevista aqui.](#)



MAIS EQUILÍBRIO

Sindicato recomenda ao presidente da República servidores de carreira para vaga na Diretoria da CVM

O SindCVM encaminhou, no dia 29 de setembro, ofício à Presidência da República no qual apresenta uma lista tríplice com vistas à Diretoria da Comissão de Valores Mobiliários, após o término do mandato de Flávia Perlingeiro. Os nomes indicados, os servidores Fernando Soares Vieira, Carlos Guilherme de Paula Aguiar e José Alexandre Cavalcanti Vasco, foram definidos em consulta interna promovida pelo Sindicato. A mesma recomendação foi feita na última vacância, em julho.

A participação de servidores de carreira na Direção da Autarquia está alinhada às diretrizes de valorização institucional defendidas pelo SindCVM e, conforme destaca o ofício, atende à orientação do "Tribunal de Contas da União (TCU) no Acórdão 3252 /2020, que sugeriu, em dezembro de 2020, uma composição mais equilibrada do Colegiado da CVM sob os aspectos da formação técnica e político-estratégica”.

No documento endereçado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva - com cópias para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente da Comissão de Valores Mobiliários, João Pedro Nascimento -, o Sindicato argumenta ainda que a indicação, por parte do governo, de um servidor de carreira para a Diretoria seria medida salutar “neste momento, em que as recomendações do Relatório da CPI das Americanas solicitam o fortalecimento da CVM”.

Confira o [ofício aqui](#).